

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 094

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 27 DE JUNHO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL</i>	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB</i>	<i>Moysés Leônidas</i>

Representação Partidária

PFL - 09: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 09: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02: Antonio Baratter - Pastor Edson Praczyk (licenciado) - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PPS - 02 - Marcos Isfer e Cezar Silvestri; PSC - 01: Miltinho Pupio.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 025ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
27 DE JUNHO DE 2001**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Valdir Rossoni e Antonio Baratter.

Às vinte horas e vinte minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Custódio da Silva, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaucho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Emenda:

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 01,
AO PROJETO DE LEI Nº 261/2001

Ficam acrescentados os Artigos 6º e 7º ao Projeto de Lei nº 261/2001, com a seguinte redação:

“Art. 6º - Acrescenta a letra “p” ao inciso II, do artigo 14, da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, com a seguinte redação:

p) álcool etílico hidratado combustível, nas saídas da usina produtora com destino a estabelecimento distribuidor, tal como definido por órgão federal competente.

Art. 7º - Acrescenta o parágrafo 8º ao artigo 18, da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, com a seguinte redação:

§ 8º - Nas operações a que se refere a letra “p” do inciso II do artigo 14, a responsabilidade pelo débito próprio não é transferível ao adquirente”.

Sala das Sessões, em 27.06.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

Apoioamento:

Antonio Carlos Belinati, Cleiton Kielse, Luiz Accorsi, Basílio Zanusso e Nelson Garcia.

Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 2218

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a retirada do Projeto de Lei nº 269/2001, de autoria do Poder Executivo, item 15 da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária.

Sala das Sessões, em 27.06.2001.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Emenda Aditiva de Plenário, de nº 01, ao Projeto de Lei nº 261/2001, de autoria do Senhor Deputado Divanir Braz Palma, devidamente apoiado, constante do expediente. **Transforme em projeto de lei, em separado.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 172/2000, de autoria do Deputado Beto Richa, que institui a Universidade Estadual do Norte Pioneiro do Paraná. **Aprovado. (Publ. no DA nº 062/2000, de 29/05/2000)**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 182/2000, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Uti-

lidade Pública Estadual a Associação de Moradores da Vila Jardim Aeroporto, com sede e foro no Município de Ivaiporã - PR. **Aprovado. (Publ. no DA nº 070/2000, de 05/06/2000)**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 061/2001, de autoria do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo - declaração de Utilidade Pública para a Associação dos Renais Crônicos e Transplantados Renais de Paranaíba e Região, com sede e foro no Município de Paranaíba. **Aprovado. (Publ. no DA nº 018/2001, de 15/03/2001)**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 203/2001, de autoria do Deputado Marcos Isfer, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Jardim Colina Verde, com sede e foro nesta Capital. **Aprovado. (Publ. no DA nº 066/2001, de 22/05/2001)**

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 219/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que introduz alterações na legislação do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e de Comunicação. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI Nº 219/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam introduzidas alterações na legislação do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.

Art. 2º - O lançamento do imposto incidente nas sucessivas saídas de aves, fica diferido para o momento em que ocorrer:

I - saída de aves vivas com destino:

- a) a outro Estado;
- b) ao exterior;
- c) ao consumidor.

II- a saída:

a) de aves abatidas ou produtos comestíveis resultantes de sua matança, e em estado natural, resfriados, congelados ou simplesmente temperados, do estabelecimento abatedor;

b) de preparações ou conservas de carnes ou produtos comestíveis resultantes de sua matança, do estabelecimento industrializador.

III - o fornecimento, como alimentação, de produtos comestíveis resultantes de sua matança, em restaurante ou estabelecimento similar.

§ 1º - Aplica-se o diferimento previsto neste artigo ao recebimento decorrente de importação do exterior de pintos de um dia e de avestruz.

§ 2º - Poderá o estabelecimento abatedor de aves, em substituição ao aproveitamento de quaisquer créditos, optar pelo crédito de importância equivalente à aplicação de 7% (sete por cento) sobre o valor de sua operação de saída dos produtos resultantes do abate, ainda que submetidos a outros processos industriais, opção esta que será declarada em termo no livro Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências, devendo a renúncia a ela ser objeto de novo termo.

§ 3º - O crédito correspondente ao percentual referido no parágrafo anterior;

1 - será feito sem prejuízo daquele relativo à entrada, na proporção das saídas em operações interestaduais, de:

a) aves vivas, originárias de outro Estado, ou daquele recebido em transferência de estabelecimento rural de produtor;

b) energia elétrica ou óleo combustível utilizados no processo industrial;

c) produtos resultantes do abate de aves, independente da origem.

2- condiciona-se a que a operação de saída seja tributada, ou não o sendo, haja expressa autorização para que o crédito seja mantido.

§ 4º - Não se compreende na operação de saída referida no § 2º, deste artigo, aquela cujos produtos ou outros deles resultantes sejam objeto de posterior retorno, real ou simbólico.

Art. 3º - O lançamento do imposto incidente nas sucessivas operações com gado em pé bovino, bubalino ou suíno fica diferido para o momento em que ocorrer:

I - a saída de gado em pé com destino:

- a) a outro Estado;
- b) ao exterior;
- c) ao consumidor

II - a saída de produtos comestíveis resultantes de seu abate, de estabelecimento frigorífico ou de qualquer outro que promova o abate, ainda que submetidos a outros processos industriais;

III - a saída dos subprodutos da sua matança.

Art. 4º - Poderá o estabelecimento de frigorífico que realizar o abate do gado bovino, bubalino ou suíno, ou aquele que tenha encomendado este abate, em substituição ao aproveitamento de quaisquer créditos, optar pelo crédito de importância equivalente à aplicação de 7% (sete por cento) sobre o valor de sua operação de saída de produtos resultantes do abate dessas espécies de gado, ainda que submetidos a outros processos industriais.

§ 1º - O crédito correspondente ao percentual referido no *caput* deste artigo:

1 - será feito sem prejuízo daquele relativo à entrada, na proporção das saídas em operações interestaduais, de:

a) gado bovino, bubalino ou suíno em pé, originário de outro Estado, ou daquele recebido em transferência de estabelecimento rural de produtor;

b) produtos resultantes do abate de gado bovino, bubalino ou suíno, independentemente da origem;

c) energia elétrica ou óleo combustível utilizados no processo industrial.

2 - Condiciona-se a que a operação de saída seja tributada, ou não o sendo, haja expressa autorização para que o crédito seja mantido.

§ 2º - Não se compreende na operação de saída referida no *caput* deste artigo, aquela cujos produtos ou outros deles resultantes sejam objeto de posterior retorno, real ou simbólico.

§ 3º - A opção aludida no *caput*, deste artigo, será declarada em termo no livro Registro de Utilização de documentos Fiscais e Termos de Ocorrências, devendo a renúncia a ela ser objeto de novo termo, termos esses que produzirão efeitos a partir do primeiro dia do mês subsequente ao de sua lavratura.

Art. 5º - Fica reduzida a base de cálculo do imposto incidente nas operações internas com os produtos a seguir indicados, de forma que a carga tributária resulte no percentual de 7% (sete por cento), convênio ICMS-128/94, cláusula primeira:

I - ave, coelho ou gado bovino, bubalino, suíno, caprino ou ovino em pé e produto comestível resultante do seu abate, em estado natural, resfriado ou congelado;

II - leite esterilizado (longa vida) classificado nos códigos 0401.10.10 e 0401.20.10 da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias - Sistema Harmonizado - NBM/SH, e leite em pó;

III - carnes e miudezas da espécie suína, comestíveis, salgadas, classificadas, respectivamente nos códigos 0210.19.00 e 0210.12.00, pele comestível de suíno salgada, classificada no código 0210.19.00 e toucinho de suíno salgado, classificado no código 0210.12.00, todos na Nomenclatura Brasileira de Mercadorias - Sistema Harmonizado NBM/SH;

IV - queijos tipo mussarela, prato e de minas, manteiga, margarina e creme vegetal;

V - apresuntado;

Parágrafo Único - A redução de base de cálculo prevista neste artigo não acarretará a anulação dos créditos na saída, quando:

a) o imposto, na operação anterior, já tenha sido calculado com base de cálculo reduzida;

b) a operação seja promovida pelo estabelecimento industrial-fabricante, beneficiador ou empacotador, salvo se a embalagem colocada destinar-se apenas ao trans-

porte da mercadoria, ressalvado o disposto na alínea anterior.

Art. 6º - O lançamento do imposto incidente nas operações com pescados, exceto os crustáceos e os moluscos, em estado natural, resfriados, congelados, salgados, secos, eviscerados, filetados, postejados ou defumados para conservação, desde que não enlatados ou cozidos, fica diferido para o momento em que ocorrer;

I - sua saída para outro Estado;

II - sua saída para o exterior;

III - sua saída para o estabelecimento varejista;

IV - a saída dos produtos resultantes de sua industrialização.

§ 1º - Poderá o estabelecimento que realizar a industrialização de pescados, em substituição do aproveitamento de quaisquer créditos, optar pelo crédito de importância equivalente à aplicação de 7% (sete por cento) sobre o valor de sua operação de saída de produtos resultantes da industrialização, ainda que submetidos a outros processos industriais, opção esta que será declarada em termo no Livro Registro de utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrência devendo a renúncia a ela ser objeto de novo termo.

§ 2º - O crédito correspondente ao percentual referido no parágrafo anterior:

1 - será feito sem prejuízo daquele relativo à entrada, na proporção das saídas em operações interestaduais, de energia elétrica ou óleo combustível utilizado no processo industrial;

2 - condiciona-se a que a operação de saída seja tributada ou não o sendo, haja expressa autorização para que o crédito seja mantido.

§ 3º - Não se compreende na operação de saída referida no § 1º deste artigo, aquela cujos produtos ou outros deles resultantes sejam objeto de posterior retorno, real ou simbólico.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 27 de março de 2001, sendo que os tratamentos tributários concedidos com efeito retroativo não serão cumulativos com outros benefícios fiscais que estiverem em vigor até a data da publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27.06.2001.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

ORLANDO PESSUTI - Relator

ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 015/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 005/2001, que altera dispositivo do Estatuto da Polícia Civil do Estado do Paraná, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e SP. MENDA DA CCJ COM SUBSTITUTIVO GERAL DA SP. APRECIAR

NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM 2ª DISCUSSÃO. Emendas - **Aprovadas.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 393/2000, de autoria do Tribunal de Justiça, que da nova redação aos dispositivos que especifica, da Lei nº 7297 de 08 de janeiro de 1980) Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná), cria 08 (oito) cargos de desembargador do Tribunal de Justiça, 20 (vinte) cargos de juiz do Tribunal de Alçada e 12 (doze) cargos de juiz de direito substituto em segundo grau. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 160/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 14/2001, que autoriza o Poder Executivo a anuir na escritura de permuta de imóvel, da Associação Comercial e Industrial de Arapongas, pelo imóvel de propriedade do município de Arapongas, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CO. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 194/2001, de autoria do deputado Caíto Quintana, que cria o Fundo de Apoio ao Registro Civil de Pessoas Naturais - Funarpen, institui o selo de autenticidade de atos, regulamenta o especificado no artigo 8º, da Lei Federal nº 10169/2000 e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 260/2001, de autoria do Ministério Público - Procuradoria Geral de Justiça, que cria 28 (vinte e oito) cargos de procurador de justiça e 12 (doze) cargos de promotor substituto em segundo grau no âmbito do Ministério Público do Estado do Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 261/2001, de autoria do deputado Durval Amaral, que introduz alterações na legislação do imposto sobre operações relativas a circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Em votação.**

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Senhor presidente, existe emenda de plenário, quero defendê-la.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vamos vê-la.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Quero dizer, rapidamente, devido ao adiantado da hora, que essa Emenda contempla um grande segmento da nossa economia, responsável por 5% do PIB do Paraná, responsável por 10% da área do Arenito Caiuá que é sulcro-alcooleiro. Todos conhecem aqui a importância desse segmento.

Gera mão-de-obra, inclusive no campo, e nós entramos com essa Emenda.

Agora, senhor presidente, segundo entendimento com o líder Durval Amaral, pedimos a Vossa Excelência que transforme em projeto de lei, para que possamos discutir com mais amplitude a importância da mudança dessa tributação, que tem sido tão penosa e está nos colocando em uma posição de inferioridade, em relação a São Paulo, que tem 50% do PIB e nos esmaga, inclusive, tributariamente.

É a minha proposta, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Regimentalmente a proposta de Vossa Excelência está correta; transformamos então em projeto de lei, e retiramos como Emenda.

O SR. DURVAL AMARAL

Quero só, senhor presidente, agradecer a compreensão do Deputado Divanir, que realmente é uma injustiça que ocorre. Nós sabemos isso, porque São Paulo tem um tratamento tributário diferenciado do nosso, mas efetivamente, a aprovação do projeto da forma como está, a proposta vai atender um grande segmento e daremos, efetivamente, encaminhamento ao seu projeto, no 2º semestre.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está, então, aprovado, artigo por artigo, o Projeto de Lei nº 261/2001, do Deputado Durval Amaral.

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 269/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 23/2001, que aprova abertura de crédito suplementar no valor de R\$1.500.000,00 ao vigente orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes, visando atender despesas com a execução de pontes em rodovias municipais. SEM PARECERES.

Em votação.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Para Encaminhar**)

Senhor Presidente, muito obrigado pelo tempo.

No primeiro turno, quando foi apresentado para votação o item 2 da pauta 14, Projeto nº 269/2001, o deputado Caíto bem lembrou, da importância e da necessidade que o Executivo encaminhasse para esta Casa, as contas gráficas das quais eles estariam tirando esses recursos para que pudessem formar 1 milhão e meio de

reais, para a construção de pontes, cabeças de pontes, e outras dentro da área rural.

Ora, naquele momento votamos pela constitucionalidade, mas ficamos de aguardar que o governo encaminhasse a relação de obras que estaria sendo excluída por essa suplementação.

Portanto, consulto ao líder do Governo, Durval Amaral, se recebeu uma relação de obras que possa incluir no processo de votação, para saber se devemos votar ou não. Se não estiver incluído, senhor presidente, com a anuência do líder do Governo, proponho que o projeto seja retirado de pauta e só volte a figurar na hora que tiver a relação das obras, como determina a lei.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, a Secretaria dos Transportes pede esta dotação de um milhão e quinhentos mil reais para atender pontes municipais.

Ora, se analisarmos o número de pedidos de pontes que se encontram na Secretaria dos Transportes, não tem a mínima condição, e eu peço aqui a consideração do deputado José Maria Ferreira, visto que este projeto se trata de convênios já assinados entre a Secretaria dos Transportes e as Prefeituras do Estado do Paraná, porque essas pontes, aqui citadas, são inclusive recurso financeiro, deputado José Maria, para a compra de vigas, porque hoje todos sabemos, independentemente de partidos, mas a Secretaria de Transportes sempre contemplou e vem contemplando esses convênios de pontes municipais que são as vigas e a Secretaria dos Transportes está, inclusive, com dúvida a este respeito.

Por isso que eu peço a consideração do deputado José Maria Ferreira e os deputados presentes, pois todos temos diversos convênios aguardando recursos para a confecção das respectivas vigas.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor Presidente, a assessoria me traz aqui, o Paulo, que a conta é vinculada, deputado Geraldo Cartário, e portanto não existe o detalhamento, e nós só buscamos o detalhamento porque, amanhã, pode estar tirando obra do próprio deputado e ele não está sabendo. É só esta questão. É o esclarecimento que a Casa precisa ter ao votar para que não prejudique seu município sem que isto possa ser do seu conhecimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Encerrada a discussão. Em votação.

Os deputados que aprovam o Projeto de Lei nº 269/2001...

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Questão de Ordem)

Senhor Presidente, eu propus, está em regime de urgência? Não, né? Então, eu fiz a proposta no sentido

de que retirássemos, e o líder do Governo não falou, retirado da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Vossa Excelência coloca isto como requerimento? **(Assentimento do Deputado José Maria)**

Por gentileza, encaminhe o requerimento: vamos colocá-lo antecipadamente.

Quem aprova o requerimento de autoria do deputado José Maria Ferreira, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 269/2001, permaneçam como estão. Será feita a verificação. Solicito ao senhor 1º Secretário a contagem.

(Pausa)

Vinte e sete rejeitam.

Os que aprovam o requerimento queiram levantar-se.

(Pausa)

Dezessete. Está rejeitado o requerimento do deputado José Maria Ferreira.

Em votação o projeto. Deputados que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 025/2001, de autoria do Deputado Algaci Tulio, que concede o Título de Cidadania Honorária à doutora Zilda Arns Neumann, coordenadora da Pastoral da Criança. COM PARECER FAVORÁVEL E EMENDA DA CCJ. **(Publ. no D.A. nº 005/2001, de 22/02/2001).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 025/2001**

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Algaci Tulio, tem por objetivo conceder o título de Cidadania Honorária à doutora Zilda Arns Neumann, coordenadora da Pastoral da Criança.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por encontrar-se em conformidade com a Lei nº 5638/67, que dispõe sobre as condições essenciais para a concessão do título de cidadania honorária e benemérita paranaense, e ainda de acordo com a Lei nº 13115/2001, que limitou o número de projetos por agremiação partidária por legislatura, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, apresentamos parecer favorável à matéria, somente anexando emenda corretiva para melhor adequá-la às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.06.2001.

(aa) **BASÍLIO ZANUSSO** - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA CORRETIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 025/2001

O artigo 1º Passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadã Honorária do Estado do Paraná à doutora Zilda Arns Neumann.

Sala das Comissões, em 05.06.2001.
(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

Em votação.

Seria votação secreta, mas vamos abrir uma exceção, se o Plenário assim entender, de votarmos abertamente até pela pessoa que está sendo homenageada, que, sem dúvida nenhuma, deverá merecer, não só a nossa consideração, mas também ser indicada ao Prêmio Nobel da Paz.

O SR. ALGACI TULIO (Para Encaminhar)

Senhor presidente, trata-se de votação de um projeto por demais importante para esta Assembléia, e quero, de antemão, dizer que não é um projeto do deputado Algaci Tulio, mas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, porque a figura da senhora Zilda Arns transcende o interesse deste ou daquele parlamentar, pela sua pessoa, pela figura que ela é. É necessário e não pode passar em uma votação simples.

(Lê):

“Médica, pediatra e sanitarista, Zilda Arns é fundadora e coordenadora nacional da Pastoral da Criança, organismo de ação social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, e que neste ano, foi indicada oficialmente pelo governo brasileiro ao Prêmio Nobel da Paz.

A Pastoral da Criança é uma organização ecumênica, que une fé e vida, no acompanhamento de crianças, famílias e gestantes carentes em todo o Brasil. Hoje a Pastoral da Criança está em 3.277 municípios de 27 Estados do Brasil e atende 1 milhão, 571 mil, 393 crianças menores de 6 anos, além de 76 mil gestantes, atendidas todos os meses, em ações básicas de saúde, nutrição, educação e cidadania, indistintamente de cor, raça, credo religioso ou político. Através do trabalho voluntário de mais de 145 mil pessoas, a Pastoral da Criança leva orientação e atendimento a mais de um milhão de famílias pobres.

Por todos estes motivos, pela obra maravilhosa desenvolvida pela doutora Zilda Arns, propusemos o título de cidadania honorária a ela, que, mais que um símbolo, é um verdadeiro exemplo para todos nós”.

Aliado à doutora Zilda Arns, temos tantas ações de voluntários espalhados por este País. Quando se homenageia a doutora Zilda, homenageia-se também, por extensão, a todos esses voluntários anônimos, que fazem o dia-a-dia de atendimentos a hospitais, creches, postos de saúde, escolas - tem uma série de eventos que acontecem.

Quero incluir, aqui, neste momento, um exemplo, que nos vem, de um pequeno município, com quase quatro mil habitantes. No momento em que o prefeito se elege, coloca-se todo o seu quadro de funcionários, de secretários e de assessores. No entanto, senhor presidente, tomei conhecimento que o município de Ângulo, que fica na região de Maringá, mais ou menos a quatro mil habitantes, no Ano Internacional do Voluntariado, também adora uma postura, a exemplo da doutora Zilda Arns. O seu prefeito, José Manoel de Campos Silva, o “Zezão”, como é conhecido, no dia 25, pagou 50% do 13º salário - o que é exemplo para o Brasil. Ele não indicou secretários. Ele é prefeito, secretário da Saúde, da Educação, do Meio Ambiente. Ele apenas contratou um procurador-geral e um contador para o seu município. Acho que isso serve de exemplo, para os demais municípios do nosso País, onde se sabe que a carga de despesa de municípios é extraordinária. E nem sempre a arrecadação do município corresponde ao pagamento de seus secretários e funcionários.

Por isso, quero cumprimentar esta Casa, que neste momento, ao aprovar essa mensagem, de Título de Cidadã Honorária, à doutora Zilda Arns, esta Casa reconhece que ela realmente é uma grande benfeitora e que espalha o seu exemplo neste Brasil afora.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Em votação o item 13º, do Projeto de Lei nº 025/2001, de autoria do deputado Algaci Tulio. Em votação.

Os senhores deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 200/2001, de autoria do deputado Eli Ghellere, que declara de Utilidade Pública a Liga de Futebol de Medianeira, com sede e foro no município de Medianeira. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no D.A. nº 066/2001, de 22/05/2001).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 200/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Eli Ghellere, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Liga de Futebol de Medianeira, com sede e foro no município de Medianeira.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.
Sala das Comissões, em 12.06.2001.
(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 202/2001, de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Associação Franciscana Beata Angelina, com sede e foro no município de Toledo. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no D.A. nº 066/2001, de 22/05/2001).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 202/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Duílio Genari, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Franciscana Beata Angelina, com sede e foro no município de Toledo.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.
Sala das Comissões, em 13.06.2001.
(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
SERAFINA CARRILHO - Relatora

ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 229/2001, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

- APAE - de Rio Bonito do Iguazu-PR, com sede e foro na mesma municipalidade. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no D.A. nº 073/2001, de 04/06/2001).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 229/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nereu Moura, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no município de Rio Bonito do Iguazu-PR.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.
Sala das Comissões, em 12.06.2001.
(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente em exercício
Carlos Simões - Relator

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra às vinte horas e quarenta minutos, com a seguinte

ORDEM DO DIA,

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 247/2001.

Levanta-se a sessão.